

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**GABRIEL SANTINELLI FELIPE GODOY**

**EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA PARA ADOLESCENTES LGBTI+: UMA  
PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS**

**CURITIBA**

**2023**

**GABRIEL SANTINELLI FELIPE GODOY**

**EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA PARA ADOLESCENTES LGBTI+: UMA  
PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS**

Artigo apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II como requisito parcial à conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Barbosa Pereira

**CURITIBA**

**2023**

## **Educação Sexual Inclusiva para Adolescentes LGBTI+: uma proposição didática para o ensino de Ciências**

Gabriel Santinelli Felipe Godoy

Patrícia Barbosa Pereira

### **RESUMO**

As questões de gênero e sexualidade ainda são vistas em nossa sociedade como um grande tabu. Entretanto, ensinar sobre esses temas é uma forma eficaz de prevenir e enfrentar situações de violência e risco/abuso sexual contra crianças e adolescentes. Com base nas violências sofridas pela população LGBTI+, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral, apresentamos neste artigo uma proposição didática de Educação Sexual mais inclusiva para adolescentes LGBTI+, elaborada por meio de uma metodologia qualitativa de caráter exploratório. Realizamos um levantamento das jurisdições que respaldam a abordagem das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Nossa proposta foi separada em 6 encontros, abrangendo vários aspectos da sexualidade e da diversidade humana, como puberdade, respeito às diferenças, autoestima, métodos de prevenção, consentimento, entre outros. Destacamos a necessidade de mais pesquisas, materiais didáticos e ferramentas de ensino, para que os/as docentes tenham mais possibilidades para trabalhar as questões de gênero e sexualidade em sala de aula, de acordo com o contexto em que atuam.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; dignidade; direitos humanos; identidade.

### **ABSTRACT**

Gender and sexuality issues are still perceived as a major taboo in our society. However, teaching about these topics is the most effective way to prevent and address situations of violence and sexual abuse against children and adolescents. Building upon the violence experienced by the LGBTI+ population, both in educational settings and society at large, we sought to develop an inclusive educational proposition for LGBTI+ adolescents in the field of sexual education, employing a qualitative and exploratory methodology. We conducted a survey of jurisdictions that support the approach to gender and sexuality issues in schools. Our teaching proposal is divided into six sessions, encompassing various aspects of sexuality and human diversity, such as puberty, respect for differences, self-esteem, prevention methods, consent, among others. We emphasize the need for further research, educational materials, and teaching tools to provide teachers with more opportunities to address gender and sexuality issues in the classroom, according to their specific contexts.

Keywords: gender; sexuality; pride; human rights; identity.

## 1 INTRODUÇÃO

A escola representa uma amostra da comunidade em que está inserida, um espaço sociocultural e formativo que lida com a transmissão, a construção e a socialização de saberes. A Educação Sexual é imprescindível para que a escola promova a emancipação de cidadãos e cidadãs conscientes de si e do contexto em que estão inseridos/as. Abordar noções de autoproteção, preconceito, consentimento, integridade corporal, sentimentos e privacidade, juntamente das questões relativas ao desenvolvimento biológico humano, abre espaço para que os/as estudantes possam identificar situações de risco/abuso, conforme já previsto, há quase três décadas, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998). Esse debate ganhou força, naquele momento, pois os PCN do tema “Orientação Sexual” abordavam questões de Educação Sexual de forma transversal, ou seja, como um assunto socialmente relevante, que deveria, por sua vez, atravessar todas as áreas do conhecimento.

A integração do processo educativo aos meios digitais durante a pandemia do COVID-19 aumentou rapidamente os riscos para crianças e adolescentes, não havendo, muitas vezes, supervisão de um/a responsável para a utilização da internet. De acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil referente ao ano de 2021, 21% dos meninos e 6% das meninas entre 11 e 17 anos já viram imagens ou vídeos com conteúdo sexual. Além dos conteúdos, 24% dos meninos e 12% das meninas afirmaram já ter recebido mensagens de cunho sexual (CETIC.BR, 2022). Ademais, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019 demonstrou que houve um declínio da idade da iniciação sexual, sendo 14,2 anos para meninas e 13,4 anos para meninos (BRASIL, 2021), demonstrando um aumento da necessidade de abordar assuntos relacionados à Educação Sexual.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) realizou um levantamento de Boletins de Ocorrência em 12 Unidades da Federação<sup>1</sup>, abrangendo violências letais e não letais contra crianças e adolescentes, no período entre 2019 e 2021. Dos 129.844 casos de violência sexual registrados, com vítimas entre 0 e 17 anos, 56,6% são de estupro. Nesse caso, 47% tinham entre 10 a 14 anos, 51,6% eram pessoas pretas e 85% das vítimas eram do gênero feminino, evidenciando uma desigualdade de geração, de cor/raça e, principalmente, de gênero (FBSP, 2021). A maternidade na adolescência apresenta os mesmos marcadores junto ao recorte de classe, sendo mais frequente nos grupos de maior vulnerabilidade social (UNFPA, 2022).

---

<sup>1</sup> As Unidades da Federação investigadas foram: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

Em estudo sobre o ambiente educacional brasileiro, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT, 2016), constatou que 84,4% dos/as estudantes LGBTI+<sup>2</sup>, com idade entre 13 e 21 anos, já foram agredidos/as verbalmente, 35,8% foram agredidos/as fisicamente e 56,2% sofreram assédio sexual. Apesar de 69,1% dos/as estudantes relatarem já terem ouvido comentários LGBTI+fóbicos de seus/suas professores/as, 60,9% ainda se sentem mais confortáveis conversando sobre questões de gênero e sexualidade com esses/as profissionais (ABGLT, 2016).

A sexualidade em nossa sociedade ainda é vista como um grande tabu, estabelecendo limites ao sexo e repercutindo estereótipos binários e sexistas. Esses tabus são heranças culturalmente herdadas, tendo grande influência das religiões cristãs (FRANCO-ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021), que acabam condenando e marginalizando as identidades que não se enquadram nos padrões normativos. Os/as docentes acabam enfrentando diversas barreiras estruturais para trabalhar os temas de Educação Sexual em sala de aula, tanto na aceitação e abertura da família e da equipe pedagógica quanto dos/as próprios/as estudantes. Tendo isso em vista, emergem alguns questionamentos: como os/as docentes podem abordar as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar? Qual a importância de organizações da sociedade civil na luta e na garantia de direitos humanos? Como podemos promover um ensino mais inclusivo para adolescentes LGBTI+?

Abordar os assuntos relativos à Educação Sexual é uma das formas mais eficazes de prevenir e enfrentar situações de risco/abuso sexual contra crianças e adolescentes, além de oferecer uma fonte mais segura e confiável de acesso à informação, sabendo que os/as estudantes buscarão respostas para as suas curiosidades com ou sem a intervenção escolar. Desta forma, o objetivo dessa pesquisa foi elaborar uma proposição didática de Educação Sexual mais inclusiva para adolescentes LGBTI+, rompendo normativas sexuais e de gênero, e considerando as necessidades específicas dessa comunidade. A partir disso, buscamos construir um aparato legal de apoio à abordagem das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar; organizar um conjunto de atividades que possam ser utilizadas por docentes com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental; além de destacar a importância do Grupo Dignidade<sup>3</sup> como rede de apoio e acolhimento.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---

<sup>2</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo, e demais identidades de gênero e/ou orientações sexuais.

<sup>3</sup> O Grupo Dignidade é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos. Fundada em março de 1992 em Curitiba, a instituição é pioneira no Paraná na luta pela promoção da cidadania de LGBTI+.

De acordo com Fausto-Sterling (2009), a definição de apenas dois sexos não é suficiente para explicar as diferenças biológicas entre seres humanos, assim, a autora propõe que existem, pelo menos, cinco sexos. O binarismo homem/mulher é fruto de uma cultura ocidental comprometida em estabelecer normativas de linguagem, de comportamento e até mesmo estatais, de modo que os corpos carregam consigo marcadores sociais profundos, ultrapassando a divisão conceitual entre sexo e gênero. Isto posto, a compreensão e discussão acerca da sexualidade humana é muito mais complexa do que apenas o entendimento de seus conceitos teóricos, ela envolve diretamente a singularidade e subjetividade de cada indivíduo.

O papel de educador/a sexual é destinado, geralmente, aos/às docentes de Ciências Biológicas, entretanto, a Educação Sexual é uma área interdisciplinar que trata também de dimensões psicológicas, históricas, culturais, políticas e econômicas, possibilitando que docentes de todas as áreas abordem os temas. O/a educador/a sexual deve ser uma pessoa livre de julgamentos e comprometida em garantir o acesso ao conhecimento (COSTA, 2016). Por essa razão, o processo de ensino-aprendizagem em Educação Sexual deve considerar os seguintes princípios:

Educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade; Educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos; Para educar sexualmente é preciso saber ouvir; O aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo ensino aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas; O professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos (FIGUEIRÓ, 2007, p. 7).

Para Figueiró (2007), o ensino da sexualidade deve considerar o contexto em que os/as estudantes estão inseridos/as e ocorrer de maneira inclusiva, podendo ser dentro da programação da disciplina, de maneira formal, ou a partir de uma situação espontânea durante as aulas, de maneira informal. A autora relata em suas pesquisas a importância de grupos de estudos e cursos de formação para docentes em Educação Sexual, para que compreendam como trabalhar esses temas com crianças e adolescentes, e a importância de se desprender de crenças individuais que possam prejudicar o desenvolvimento do/a estudante (FIGUEIRÓ, 2007).

O processo de ensino-aprendizagem em Educação Sexual deve conferir aos/às estudantes o direito de receber informações e de exaurir suas curiosidades, assim como a oportunidade de expressarem seus sentimentos e opiniões, sendo um processo longo e

contínuo (FIGUEIRÓ, 2007). Por causa disso, muitos/as docentes apresentam dificuldades em encontrar metodologias para abordar os temas de sexualidade e gênero. Jimena Furlani (2008) argumenta que as atividades propostas como possibilidades didáticas no Ensino Fundamental:

(...) devem e podem ser vistas como integrantes do currículo escolar, intencionalmente planejadas para permitirem conversas e reflexões sobre a temática (sexualidade) e sobre as identidades culturais que constituem os sujeitos sociais e escolares (especialmente gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe social e condição física). (FURLANI, 2008, p. 71).

Dentre as estratégias de ensino sugeridas por Figueiró (2007), podemos citar: dessensibilização pela palavra, ou dinâmica dos apelidos; aula expositivo-dialogada; debate aberto; dramatização; uso do desenho, da modelagem, da colagem e de recursos como filmes, músicas, cenas de novelas, livros de literatura, pesquisas, manchetes de revistas e de jornais; entrevistas com familiares; e classificação de valores por meio de questões, cartas, depoimentos e frases inacabadas. Todavia, não existe uma “receita” pronta, o saber é construído e reconstruído ao longo de todo o processo e em conjunto com os/as estudantes.

Segundo bell hooks (2013), todos/as os/as estudantes se demonstram mais dispostos/as e incentivados/as a participar de discussões em sala de aula quando conseguem criar uma relação direta com o tema que está sendo trabalhado. Considerar a subjetividade dos/as estudantes e do/a próprio/a docente como parte do processo de ensino-aprendizagem, tanto em Educação Sexual quanto em outras áreas, significa reconhecer a importância da família, religião, escola, amizades, sentimentos, cultura, cor/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros aspectos, para a construção de opiniões e da compreensão do tema. Permitindo que os/as estudantes exerçam voz e vez, possibilitamos que eles/as criem consciência sobre a sociedade que os/as rodeia e tomem o protagonismo na resolução de problemas (FREIRE, 1996).

A partir da década de 1960, jovens considerados/as como minorias sexuais e étnicas passaram a denunciar as inconformidades estruturais que insistiam em marginalizar suas existências, criando uma luta plural, uma política de identidades. Os grupos sociais marginalizados lutaram e continuam lutando pelo direito de falar de si e por si, a fim de tornar visível outros modos de viver e a necessidade de respeitar as diferenças sociais. Todavia, quando consideramos uma diferença, precisamos reconhecer os parâmetros estabelecidos e naturalizados como referências. Assim como todo conhecimento, as diferenças não são verdadeiras e absolutas, elas são ensinadas e se constroem através de processos discursivos e culturais. Para diminuir as lacunas criadas entre as identidades, devemos re-aprender e re-

ensinar a reconhecer a diversidade como natural da existência humana, respeitando uma multiplicidade de possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades. (LOURO, 2008).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Por não quererem me contar, eu soube o que era proibido antes de saber o que eu poderia ser. Eu soube o que era violência antes de saber o que era amor. Eu soube o que era abuso antes de saber o que era sexo. Eu soube que estava errado antes de saber. Ninguém me contou, mas eu soube, quando era tarde demais.*

Iniciamos esta subseção a partir da reflexão de um dos autores, demonstrando que a idealização desta pesquisa parte de nossas vivências, como parte da comunidade LGBTI+ e como corpos atravessados pela violência sexual e identitária. Observamos durante pré análise documental, por meio da prática e do diálogo, a necessidade de mais ferramentas didáticas para docentes, auxiliando na abordagem da Educação Sexual em sala de aula. Em decorrência do alto conservadorismo e da influência de religiões cristãs, muitos/as docentes ainda enfrentam barreiras para trabalhar os temas de Educação Sexual em sala de aula, tanto na aceitação e abertura da família e da equipe pedagógica quanto dos/as próprios/as estudantes (GODOY; ASINELLI-LUZ; VALLE, 2021). Para tanto, por meio de uma metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, buscamos construir narrativas mais inclusivas para adolescentes LGBTI+.

Segundo Deslauriers e Kérisit (2008), o procedimento geral de uma pesquisa qualitativa é semelhante ao de uma pesquisa quantitativa. Um/a pesquisador/a deve propor uma questão, colher informações para respondê-la, tratar os dados e analisá-los. A pesquisa qualitativa de caráter exploratório tem sido utilizada para nos aproximar da situação-problema, servindo para identificar os impasses e bloqueios das pessoas frente a seus problemas (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Portanto, antes de elaborar a proposição didática, considerando as inseguranças e preocupações dos/as docentes frente à reação das famílias dos/as estudantes, apontadas por Figueiró (2007), realizamos um levantamento de legislações que podem ser utilizadas pelos/as docentes para justificarem suas práticas no ensino das questões de gênero e sexualidade, além de apresentarmos termos que não devem ser mais utilizados pois perpetuam estigmas e preconceitos.

A escolha da utilização e caracterização desta pesquisa como “proposição didática” se deve pela possibilidade de desassociação do material em seis encontros distintos, de 50 minutos cada. A organização da proposta segue uma sequência lógica de temas, os quais foram ordenados, estruturados e articulados de tal forma para atingir certos objetivos

educacionais (ZABALA, 2014), porém, entendemos que alguns assuntos podem ser mais urgentes do que outros, podendo ser reordenados de acordo com as necessidades e contexto de cada escola. Assim, seguindo os eixos de conteúdos apresentados no volume de Orientação Sexual dos PCNs (BRASIL, 1998), as aulas serão divididas em: Diversidade e respeito às diferenças; Puberdade e sistemas reprodutores; Autoestima e autoimagem; Métodos de prevenção e contracepção; Sexualidade mais responsável; e Consentimento, privacidade e redes de apoio.

Elaboramos os seis encontros seguindo a metodologia dos três momentos pedagógicos (DELIZOICOV; ANGOTTI, 1990), a qual estrutura a aula em problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento. Na problematização inicial propomos atividades que permitam o/a docente ter um panorama da concepção dos/as estudantes acerca das situações-problema, com textos, vídeos, imagens, entre outros. Na organização do conhecimento, indicamos que o/a docente faça diversas perguntas baseadas nos conhecimentos prévios da turma, direcionando-a aos objetivos de aprendizagem de cada aula. Por fim, na aplicação do conhecimento, consideramos a potencialidade dos/as estudantes em compreender as problemáticas para além do seu cotidiano, apresentando conceitos científicos e situações diferentes da primeira etapa.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Aparato Legal**

De acordo com a UNESCO e organizações colaboradoras (2019), muitos/as docentes evitam ou minimizam tópicos que não se sentem à vontade para ensinar, dentre eles estão os de Educação Sexual. Silenciar ou omitir esses assuntos no ambiente educacional pode criar barreiras para os/as estudantes buscarem ajuda, contribuindo para a perpetuação de estigmas, vergonha e ignorância, tornando os/as adolescentes mais vulneráveis a situações de violência e limitando suas experiências com práticas sexuais/românticas saudáveis (UNESCO *et al.*, 2019).

No Brasil o poder legislativo nunca aprovou uma lei que atenda as necessidades específicas da comunidade LGBTI+ (DALSOFFO, 2021). Todas as decisões judiciais tomadas partiram de ações do Supremo Tribunal Federal, como por exemplo em 2019 quando a discriminação e a violência LGBTIfóbicas foram classificadas como análogas ao racismo e puníveis pela mesma lei (BRASIL, 1989). Contudo, existem diversas legislações que

garantem às pessoas em idade escolar o direito de acesso à informação, como necessidade de saúde e segurança, podendo ser utilizadas pelos/as docentes para reforçar a urgência de trabalhar esses assuntos no ambiente escolar.

Como não existe embasamento legal para o silenciamento provocado pelo conservadorismo, abordar os conceitos da sexualidade humana torna-se embate político entre a família e a escola. Existe uma ideia de que alguns assuntos dizem respeito apenas à família, como por exemplo as questões de gênero e sexualidade, porém a escola também possui grande importância durante o desenvolvimento do/a adolescente, na construção de opiniões e da sua identidade (HOOKS, 2013). É essencial que a escola se posicione frente à uma tentativa de repressão, ainda que venha da família do/a estudante, pois de acordo com o Art. 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2020, p. 1).

Isto posto, é dever da escola, como representante do Estado, garantir os direitos da criança e do/a adolescente quando a família vier a faltar. De acordo com o Guia de Orientação produzido pela Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná (SEED/PR, 2022), a escola precisa adotar procedimentos para romper o ciclo da violência, criando um local de proteção integral da criança e do/a adolescente (Decreto nº 11.074; BRASIL, 2022a), e de combate ao bullying (Lei nº 13.185; BRASIL, 2015). Tais direitos também são garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que complementa no Art 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2022b, p. 12).

Vale ressaltar, também, que nos Art. 15º e Art. 17º do ECA são garantidos os direitos “à liberdade, ao respeito e à dignidade” e à “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral” (BRASIL, 2022b, p. 20). Portanto, apesar dos/as familiares serem, geralmente, os/as responsáveis legais pelo/a estudante, este/a também é um cidadão/cidadã munido/a de direitos e deveres.

Abordar as temáticas incluídas dentro da grande área da Educação Sexual é imprescindível para o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e sociais do/a estudante de maneira saudável e consciente, especialmente durante a puberdade. Por essa razão, o papel de educador/a sexual acaba sendo designado aos/às docentes de Ciências e de Biologia, por trabalharem diretamente assuntos como anatomia e fisiologia do corpo humano. Desta maneira, a última versão da Base Nacional Comum Curricular indica que o/a docente de Ciências direcione o/a estudante a “conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias” (BRASIL, 2022c, p. 320).

No que diz respeito especificamente à comunidade LGBTI+, o Art. 17º do Estatuto da Juventude garante que o/a adolescente “não será discriminado por motivo de: (...) orientação sexual” (BRASIL, 2018, p. 1). Além disso, o Decreto Federal nº 8.797 estabelece o direito ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e travestis (BRASIL, 2016). Este Decreto permite que estudantes trans maiores de 18 anos, ou menores de idade com autorização dos/as responsáveis legais, possam alterar o seu nome nos documentos oficiais da escola.

Analisando o Guia de Orientação da SEED/PR (2022), percebemos a ausência de recomendações oficiais em situações em que os/as familiares faltam em garantir os direitos de um/a estudante trans, como quando não permitem que os/as professores/as e a equipe pedagógica utilizem o nome social do/a adolescente em sala de aula. Reiteramos que é dever da escola fazer o que tiver a seu alcance para que o/a estudante seja acolhido/a e respeitado/a, acima de tudo, como pessoa humana detentora de direitos. Por isso, recomendamos a inclusão e utilização do prenome e gênero adequados de maneira informal, indicando na chamada como o/a estudante gostaria de ser tratado/a, chamando todos/as os/as estudantes por seus sobrenomes ou por seus números na chamada. Em último caso, podemos, ainda, acionar diretamente o Ministério Público, para que o Estado possa intervir e garantir os direitos do/a adolescente, em consonância com a Constituição Federal (BRASIL, 2020).

#### **4.2 Re-aprender e Re-ensinar**

Quando se trata de questões relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero e saúde, é importante utilizarmos as palavras de forma correta e consciente. Algumas terminologias já caíram em desuso e não devem mais ser utilizadas, pois carregam consigo

diversos estigmas e preconceitos. Por exemplo, é errado dizer “opção sexual” ou “escolha sexual”, pois isso implica que as pessoas têm controle ou escolhem de forma consciente por quem se apaixonam e sentem desejo. Dificilmente alguém iria optar ou escolher ser alvo constante de preconceito e discriminação. O correto é “orientação sexual”, pois indica uma inclinação involuntária em sentir atração sexual, afetiva e/ou emocional, sendo intrínseca de cada indivíduo (REIS; CAZAL, 2021a).

Também é errado utilizar os termos "homossexualismo" ou "transexualismo". O sufixo "-ismo" é utilizado para indicar uma condição de doença ou prática negativa, como o alcoolismo ou o racismo. Ao utilizar esses termos, sugerimos que a orientação sexual homossexual, ou a identidade de gênero transexual, são patologias ou comportamentos negativos. No passado, a homossexualidade e a transexualidade faziam parte da Classificação Internacional de Doenças (CID). Contudo, no dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista de distúrbios mentais, e a CID-10 entrou em vigor em 1993. Já a transexualidade só foi retirada da lista de transtornos mentais em 18 de junho de 2018, e a CID-11 entrou em vigor somente em 2022. Desta maneira, o correto é utilizar os termos "homossexualidade" e "transexualidade", que são neutros e não carregam conotações pejorativas, dando sentido identitário ou de um “modo de ser”. (GODOY; ASINELLI-LUZ; VALLE, 2021; REIS; CAZAL, 2021a).

Ao buscarmos uma educação mais inclusiva para pessoas LGBTI+, devemos considerar, também, outras questões que atravessam as vivências dessas pessoas. Crenshaw (1989) definiu esses “atravessamentos” como interseccionalidade. A interseccionalidade é um conceito teórico utilizado para analisar a forma como as identidades sociais, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, tamanho do corpo, entre outras, se sobrepõem e influenciam a experiência de opressão e privilégio de diferentes grupos (CRENSHAW, 1989). Logo, é necessário não só reaprender e re-ensinar a reconhecer a diversidade humana dentro das suas intersecções (LOURO, 2008), mas também combater o capacitismo, a gordofobia, a xenofobia, o classismo, a sorofobia, o racismo, e outras formas de discriminação e preconceito.

Assim, a identidade sempre deve ser considerada antes da característica, por isso a palavra “pessoa” sempre vem antes. Por exemplo, termos capacitistas resumem as pessoas com deficiência à sua condição médica, ignorando a humanidade e dignidade dessas pessoas. O mesmo ocorre no contexto racial. Devemos utilizar uma linguagem que respeita e valoriza a identidade e a história das pessoas, que descrevam sua etnia ou raça, como “pessoa negra” ou “pessoa com ascendência indígena”. Portanto, a utilização de terminologias adequadas e

respeitosas contribui para a promoção do respeito, da inclusão e da igualdade de direitos para todas as pessoas.

### 4.3 Proposição Didática

Nos últimos anos, os/as estudantes têm mostrado cada vez mais interesse em saber sobre relacionamentos e sentimentos. Mesmo que a escola não aborde esses assuntos, os/as estudantes constroem seus próprios conhecimentos a partir da interação com o meio a sua volta. Dessa forma, as necessidades de discussão e orientação partem diretamente dos/as próprios/as estudantes. A omissão frente a essa demanda, em decorrência da complexidade do assunto, interpela diretamente os direitos desses cidadãos e cidadãs. (UNESCO *et al.*, 2019).

A Educação Sexual, para além do conhecimento biológico, proporciona a oportunidade de apresentar aos/as estudantes aspectos positivos da sexualidade, como relacionamentos baseados em respeito mútuo e igualdade, autoaceitação, acolhimento e amor próprio (FIGUEIRÓ, 2007; UNESCO *et al.*, 2019; REIS; CAZAL, 2021a). Tal como Figueiró (2007), acreditamos que não exista uma “receita” pronta para educar sexualmente, pois o processo de ensino-aprendizagem e a própria sexualidade são individuais e subjetivas para cada um/a. Então, elaboramos uma proposição didática para ser trabalhada com adolescentes com idade entre 12 e 15 anos, em especial do 8º ano do Ensino Fundamental, com sugestões de materiais e estruturação para cada aula. Conforme indica o Quadro 1, a proposta foi dividida em seis encontros, com duração de 50 min cada.

QUADRO 1 - DETALHAMENTO DA PROPOSTA DE ENSINO

Aula	Tema	Objetivos	Materiais
1	Diversidade e respeito às diferenças	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer e respeitar os diversos tipos de relacionamentos;</li> <li>- Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à identidade de gênero, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes;</li> <li>- Reconhecer as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino como construções culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatos de estudantes LGBTI+ (ABGLT, 2016, p. 23-40);</li> <li>- Boneco da sexualidade (REIS; CAZAL, 2021a, p. 50);</li> <li>- Caixa de perguntas anônimas.</li> </ul>
2	Puberdade e sistemas reprodutores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer seu corpo;</li> <li>- Identificar mitos e preconceitos em relação aos conhecimentos e cuidados íntimos;</li> <li>- Contribuir para a percepção das implicações das mudanças físicas e psicológicas nas relações interpessoais e consigo mesmo/a.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Imagens impressas de pessoas com características andróginas;</li> <li>- Papel kraft e canetas;</li> <li>- Imagens impressas dos sistemas reprodutores.</li> </ul>
3	Autoestima e autoimagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender o significado de autoestima e a sua importância para o bom relacionamento com outras pessoas;</li> <li>- Reconhecer semelhanças com os/as colegas e acolher as diferenças;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Imagens de pessoas que participam do movimento corpo livre;</li> <li>- Papel e caneta;</li> <li>- Perguntas sobre autoestima</li> </ul>

		- Buscar representações e inspirações com base nas suas vivências.	(REIS; CAZAL, 2021a, p. 113).
4	Métodos de prevenção e contracepção	- Recordar os conceitos de estigma, discriminação, preconceito e intolerância; - Conscientizar sobre os métodos de prevenção, gravidez na adolescência e as principais ISTs, além do HIV; - Destacar a importância de buscar apoio e atendimento médico quando tiver alguma suspeita.	- Exemplos de diferentes métodos de prevenção e contracepção; - Modelos didáticos de vulva e pênis; - Caixa de perguntas anônimas.
5	Sexualidade mais responsável	- Valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir da atividade sexual; - Adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual; - Desenvolver consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade.	- Lousa/quadro e caneta esferográfica.
6	Consentimento, privacidade e redes de apoio	- Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois; - Compreender a importância de respeitar a privacidade das outras pessoas e exigir que respeitem a sua; - Identificar situações de assédio e abuso dentro e fora de relacionamentos.	- Trecho do relato das vítimas do caso Marcius Melhem (METRÓPOLES, 2023a); - Trecho do relato do Marcius Melhem (METRÓPOLES, 2023b); - Canais de apoio e acolhimento.

FONTE: Os autores (2023).

Como instrumento problematizador da primeira aula, propomos a utilização dos relatos de estudantes LGBTI+ que participaram da pesquisa da ABGLT (2016, p. 23-40). Inicialmente, a turma deverá ser dividida em 6 grupos, ou mais, e cada um receberá um relato junto de papéis para que escrevam perguntas anônimas sobre o tema. Após cerca de 10 minutos, cada grupo será convidado a falar para toda a turma o que mais chamou a sua atenção no relato recebido, o que entenderam sobre o caso, qual o sentimento que o texto retrata, entre outras questões. Ao longo da discussão (30min), o/a docente pode fazer, ainda, perguntas específicas sobre a orientação sexual e identidade de gênero de cada caso, utilizando o biscoito da sexualidade (REIS; CAZAL, 2021a, p. 50) para explicar as diferenças entre os principais conceitos. Com isso, é possível trabalhar a importância de respeitarmos as diferenças existentes entre as pessoas e de combater todo e qualquer tipo de discriminação e violência, dentro ou fora das escolas. Nos 10 minutos finais da aula, o/a docente deverá recolher as perguntas anônimas dos/as estudantes e respondê-las para toda a turma.

Para o encontro sobre “puberdade e sistemas reprodutores”, o/a docente pode começar apresentando algumas imagens de pessoas com características andróginas para a turma, questionando se é possível identificar qual o gênero da pessoa a partir das “características sexuais secundárias”. Após a reflexão, a proposta é que a turma seja separada em 5 grupos, e cada grupo deve eleger uma pessoa para deitar sobre um pedaço de papel kraft para ter o seu

corpo contornado. A partir do desenho, os grupos deverão montar os órgãos internos e externos dos sistemas reprodutores de cada corpo – um sistema típico XX, outro típico XY e outros 3 dos estados intersexo mais frequentes – com imagens impressas, e desenhar as características sexuais secundárias (20min). Em seguida, o/a docente poderá fazer perguntas sobre puberdade, sistemas reprodutores, identidade de gênero e orientação sexual, as possibilidades existentes a partir das características físicas de uma pessoa (30 min), incentivando para que exerçam voz e vez (FREIRE, 1996). É importante explicar para os/as estudantes que a confusão durante a puberdade se dá, além das mudanças físicas, porque estamos nos descobrindo e tomando consciência de quem somos/queremos ser.

Como autoestima e autoimagem são questões subjetivas, mas diretamente atravessadas pelos padrões sociais de beleza, em um primeiro momento o/a docente deverá distribuir papéis com perguntas, disponíveis no Manual de Educação LGBTI+ (REIS; CAZAL, 2021a, p. 113), para que os/as estudantes reflitam sobre si (20min). Na organização do conhecimento, o/a docente pode explicar os conceitos de autoestima, autoimagem e a importância de acolher os próprios defeitos e qualidades com carinho, destinando o mesmo respeito e carinho que temos por quem amamos para nós mesmos (15min). Deste modo, para a aplicação do conhecimento, imagens de pessoas que participam do movimento corpo livre serão apresentadas para a turma, demonstrando que para se ter autoestima basta ter um corpo e seguir os próprios padrões (15min).

Na quarta aula a turma será disposta no formato de uma roda. Pedacos de papéis serão entregues para os/as estudantes, para que possam escrever perguntas anônimas, e o/a docente deverá iniciar a conversa perguntando o que os/as estudantes conhecem sobre ISTs, HIV/Aids, e métodos de prevenção e contracepção (10min). Após apresentar as principais ISTs e diferenciar HIV de Aids, o/a docente mostrará alguns exemplares de camisinhas internas e externas, pílulas anticoncepcionais, DIU, pílula do dia seguinte, diafragma, anel, tabelinha, gel lubrificante, espermicida, entre outros (30min). Se a escola tiver disponível modelos didáticos de vulva e de pênis, o/a docente poderá fazer a demonstração prática de como colocar um preservativo interno e um externo. Nos 10 minutos finais, o/a docente poderá apresentar alguns canais de apoio e acolhimento, tirar dúvidas e responder as perguntas anônimas, ou perguntar se conhecem outros métodos além dos que foram citados.

O tema “sexualidade mais responsável” poderá ser trabalhado com uma dinâmica parecida com a de dessensibilização pela palavra, proposta por Vitiello (1997 apud FIGUEIRÓ, 2007). A dessensibilização pela palavra consiste em trabalhar com apelidos ou palavras ligadas ao tema “sexo”, que geralmente são as primeiras palavras que veem à mente

dos/as estudantes, criando um espaço para que diminuam a ansiedade e o interesse em ficar usando termos “pesados” para provocar as outras pessoas (FIGUEIRÓ, 2007). Assim, o/a docente colocará no quadro duas colunas, uma com o título “sexo” e outra “sexualidade”, e pedirá para que os/as estudantes falem tudo o que vier a sua mente e que esteja relacionado com as palavras (15min). A partir disso, o/a docente abordará questões de saúde, sexo protegido, consciência crítica na tomada de decisões, dinâmicas de relacionamento e frequência sexual, que pode se alterar ao longo da vida e de acordo com o humor (25min).

Na quinta aula é importante destacar, ainda, a importância de nos conhecermos, entendendo quais são nossos limites e desejos, pois a percepção é individual para cada um/a. Nos dez minutos finais da aula, o/a docente também poderá apresentar alguns canais de apoio e acolhimento, e realizar um fechamento do assunto, lembrando os conteúdos das aulas anteriores que não forem trabalhados ao longo da discussão, mostrando que todo o conteúdo está relacionado de alguma forma e não é tão simples quanto pode parecer.

A problematização do encontro sobre consentimento, privacidade e redes de apoio partirá de trechos dos vídeos sobre o caso Marcius Melhem. O primeiro contendo a perspectiva das vítimas (METRÓPOLES, 2023a) e o segundo contendo a perspectiva do Marcius Melhem (METRÓPOLES, 2023b), para que os/as estudantes possam perceber a complexidade do tema. Após assistirem os trechos, a turma deve ser dividida em grupos para debater sobre o caso (10min). O/a docente irá guiar a discussão com perguntas sobre o caso (20min), por exemplo se acreditam que a pessoa que está sendo acusada é culpada e por quê, quais tipos de assédio ele cometeu, em quais outras situações também podemos encontrar os mesmos tipos de comportamento, entre outras. Ao longo da discussão, palavras-chave poderão ser anotadas para que, posteriormente, o/a docente possa aprofundar as explicações (20min) e apresentar a definição de assédio, consentimento, privacidade, leis e direitos da criança e do/a adolescente, e canais de apoio e acolhimento.

O Grupo Dignidade poderá ser apresentado como canal de apoio e acolhimento em Curitiba em todos os encontros. Sendo pioneiro no Paraná na luta pela promoção da cidadania de pessoas LGBTI+, essa organização oferece, de maneira totalmente gratuita, atendimento social, psicológico e jurídico às pessoas LGBTI+, promove ações de advocacy e accountability, realiza projetos de testagem de HIV via fluído oral, distribui testes rápidos, preservativos e gel lubrificante, realiza formações em escolas e empresas sobre diversidade e educação sexual, auxilia a população trans na retificação de prenome e gênero, organiza a Marcha pela Diversidade de Curitiba, entre outras atividades. De acordo com o Manual de Advocacy, Litigância estratégica, Controle social e Accountability (REIS; CAZAL, 2021b),

ações de “advocacy” tem o objetivo de promover mudanças nas políticas públicas, defendendo, pleiteando ou recomendando uma ideia perante outra pessoa. Já o “accountability” é prestar contas do que se faz no sentido amplo, não só em termos financeiros, divulgando e demonstrando responsabilidade sobre suas ações (REIS; CAZAL, 2021b).

O Grupo Dignidade é de grande importância para o movimento social LGBTI+ no Brasil, tendo participado das principais conquistas de direitos, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275 de 2018, que desburocratizou o processo de retificação de prenome e gênero para pessoas trans e travestis; o ADI por Omissão nº 26 e o Mandato de Injunção nº 4733 de 2019, que determinou a discriminação e a violência LGBTIfóbica como análoga ao racismo e punível como tal; e a ADI nº 5543 de 2020, que garantiu que homens que fazem sexo com homens também pudessem doar sangue (REIS; CAZAL, 2021a). Além disso, o Grupo Dignidade fez parte da realização da “Enciclopédia LGBTI+”, à qual os manuais de Educação LGBTI+ (REIS; CAZAL, 2021a) e de Advocacy, Litigância estratégica, Controle social e Accountability (REIS; CAZAL, 2021b) fazem parte, sendo um dos principais materiais de apoio e orientadores desta proposta de ensino.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo conhecimento sofre influência das pessoas que o idealizam e produzem, partindo das experiências, crenças e valores individuais. Isto posto, a partir de nossas vivências com a população LGBTI+ e com a violência, consideramos que os objetivos da pesquisa foram atingidos. A proposição didática trabalha com as questões de gênero e sexualidade em todas as aulas, conforme o tema. Ademais, também apresentamos outras fontes de inclusão, como o aparato legal e a reflexão sobre a necessidade de readequação do nosso discurso, com terminologias adequadas e respeitadas.

A definição de que existem, pelo menos, cinco sexos (FAUSTO-STERLING, 2009) nos mostra que a ciência que conhecemos não comporta toda a diversidade humana, assim como nossas práticas educativas. Fomos criados/as em uma sociedade machista, racista, LGBTIfóbica, gordofóbica e capacitista, de modo que muitos pré-conceitos estão enraizados em nossos pensamentos e comportamentos. Entretanto, tendo em vista os índices de violência, iniciação sexual e gravidez na adolescência, torna-se urgente a ideia de que nós abdicuemos de nossos pré-julgamentos e nos comprometamos em garantir segurança, saúde, acesso ao

conhecimento e respeito às diferenças (FIGUEIRÓ, 2007), pois todas as pessoas têm o direito de serem valorizadas e reconhecidas por quem são, independente de suas características.

Os materiais “Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade” (UNESCO *et al.*, 2019), “Manual de Educação LGBTI+” (REIS; CAZAL, 2021a), e “Guia de Orientação às Equipes Diretivas e Pedagógicas” (SEED/PR, 2022), demonstram grande avanço na produção de recursos didáticos para uma Educação Sexual mais inclusiva com a população LGBTI+. Contudo, considerando que o processo é longo, contínuo e subjetivo, destacamos a necessidade da produção de mais pesquisas, materiais didáticos e ferramentas de ensino, para que os/as docentes tenham mais possibilidades para trabalhar as questões de gênero e sexualidade em sala de aula, de acordo com o contexto em que estão inseridos/as.

## REFERÊNCIAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://abgl.org.br/wp-content/uploads/2020/05/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Educação Sexual - Temas transversais. v. 10.6, p. 285-336, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. 2022c. Disponível em: <https://domainpublic.files.wordpress.com/2022/02/bncc-completa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Brasília, p. 12-20, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Brasília, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor). Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm). Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016. Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8797.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.797%2C%20DE%2030,Brasil%20e%20a%20Rep%C3%ABlica%20Argentina](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8797.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.797%2C%20DE%2030,Brasil%20e%20a%20Rep%C3%ABlica%20Argentina). Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022. Brasília, 2022a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11074.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11074.htm). Acesso em: 02 fev. 2023.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil [livro eletrônico]: TIC Kids Online Brasil 2021. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor]. 1ª Edição. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121120124/tic\\_kids\\_online\\_2021\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121120124/tic_kids_online_2021_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 02 fev. 2023.

COSTA, P. C. F. Educação sexual: uma metodologia inspirada nos parâmetros de adesão. 1ª Edição. Curitiba: Appris, 2016.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DALSOTO, A. C. de O. A não garantia dos direitos fundamentais de pessoas transgênero e não binários pelo Estado. Monografia (Bacharel em Direito), Universidade de Santa Cruz do Sul, Capão da Canoa, 2021.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 1990.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, p. 127-53, 2008.

FAUSTO-STERLING, A. Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante. Tradução livre de Alice Gabriel. [S.I.], 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/38458732/tradu%C3%A7%C3%A3o\\_Os\\_Cinco\\_Sexos](https://www.academia.edu/38458732/tradu%C3%A7%C3%A3o_Os_Cinco_Sexos). Acesso em: 02 fev. 2023.

FBSP - Federação Brasileira de Segurança Pública. Violência Contra Crianças e Adolescentes (2019-2021). Sumário Executivo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021.pdf>. Acesso: 06 jan 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Revista Linhas. Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 21-33, 2007. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 07 fev. 2023.

FRANCO-ASSIS, G. A.; SOUZA, E. E. F. de; BARBOSA, A. G. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 7, n. 2, p. 13662-13680, 2021.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra S/A. 25ª edição. São Paulo, p. 21-33, 1996.

FURLANI, J. Educação Sexual – possibilidades didáticas a um começo na Educação Infantil e Ensino Fundamental. In: FURLANI, J. Educação Sexual na Escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis, SC: UDESC, 2008.

GODOY, G. S. F.; ASINELLI-LUZ, A.; VALLE, M. M. R. Gênero e Sexualidades Dissidentes: ensino de anatomia e fisiologia no Brasil. Monografia (Bacharel em Ciências Biológicas) — Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/76735>. Acesso em: 28 mai. 2023.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 1ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Revista Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, 2008.

METRÓPOLES. Caso Marcius Melhem: mulheres que o acusam de assédio quebram o silêncio. YouTube, 24 mar. 2023a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=3MOMUOh7Pc&t=1154s&ab\\_channel=Metr%C3%B3poles](https://www.youtube.com/watch?v=3MOMUOh7Pc&t=1154s&ab_channel=Metr%C3%B3poles). Acesso em: 04 jun. 2023.

METRÓPOLES. Casos Marcius Melhem: humorista nega assédio, mas admite que pode ter "passado do ponto". YouTube, 24 mar. 2023b. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=uFW9KGGk9TE&t=322s&ab\\_channel=Metr%C3%B3poles](https://www.youtube.com/watch?v=uFW9KGGk9TE&t=322s&ab_channel=Metr%C3%B3poles). Acesso em: 04 jun. 2023.

REIS, T.; CAZAL, S. (org). Manual de Educação LGBTI+ [livro eletrônico]. Enciclopédia LGBTI+, v. 2, Curitiba: IBDSEX, 2021a. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/enciclopedia-lgbti/02-manual-de-educacao-lgbti/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

REIS, T.; CAZAL, S. (org). Manual de Advocacy, Litigância estratégica, Controle social e Accountability [livro eletrônico]. Enciclopédia LGBTI+, v. 11, Curitiba: IBDSEX, 2021b. Disponível em: [https://cedoc.grupodignidade.org.br/enciclopedia-lgbti/manual-de-advocacy-litigancia-estrategica-controle-social-e-accountability-lgbti/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&pos=0&source\\_list=collection&ref=%2Fenciclopedia-lgbti%2F](https://cedoc.grupodignidade.org.br/enciclopedia-lgbti/manual-de-advocacy-litigancia-estrategica-controle-social-e-accountability-lgbti/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fenciclopedia-lgbti%2F). Acesso em: 21 jun. 2023.

SEED/PR - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Guia de Orientação às Equipes Diretivas e Pedagógicas dos Protocolos de Situações de Violência Intra e Extraescolar. Curitiba, 2022. Disponível em: [https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-10/guia\\_orientacao\\_protocolo\\_situacao\\_violencia.pdf](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/guia_orientacao_protocolo_situacao_violencia.pdf). Acesso em: 01 jun. 2023.

UNESCO; UNICEF; UNFPA; ONU Mulheres; OMS; UNAIDS. Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade: uma abordagem baseada em evidências. Tradução de David Harrad. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2019. ISBN 978-85-7652-236-2.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. Apesar de redução, Brasil ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência, apontam especialistas. 2022. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia>. Acesso em: 06 jan. 2023.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Penso, 2014. ISBN 978-85-8429-018-5.